

## ***Apresentação do Relatório Cardoso***

13ª Reunião dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-Americanos.

Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), 13 de novembro de 2003.

Reitero meus agradecimentos aos demais Chefes de Estado e de Governo reunidos em Bávaro, República Dominicana, pelo gesto de confiar-me a coordenação, a título pessoal, de grupo de reflexão sobre o sistema de conferências ibero-americanas.

O objetivo definido em Bávaro para o esforço de reflexão foi o de contribuir para uma maior coesão interna e presença internacional da comunidade ibero-americana. Cabem, assim, algumas considerações gerais sobre como evoluiu o cenário mundial desde a Cúpula de Guadalajara, em 1991.

A prática de reuniões regulares entre os líderes da região foi inaugurada sob um clima de otimismo. O momento era de expectativa quanto às conseqüências do fim da Guerra Fria para as relações internacionais. Esgotada, a polaridade Leste-Oeste deixara de reclamar fidelidades. Entrava em pauta a diplomacia das geometrias variáveis. A tônica era a abertura de novos espaços. A iniciativa ibero-americana foi um deles, e dos mais bem acolhidos, como exercício de tradução de afinidades históricas e culturais em convergência política e cooperação para o desenvolvimento.

O ambiente internacional nos dias atuais é menos alentador. Se alcançou conquistas nos anos noventa como o ciclo de conferências das Nações Unidas e importantes acordos em meio ambiente, direitos humanos e controle de armamentos, o multilateralismo entrou em crise com os eventos de 11 de setembro e seus desdobramentos. O combate ao terrorismo foi perseguido, em larga medida, sem maior amparo normativo, sob impulsos unilaterais, à revelia das Nações Unidas. A construção de uma ordem mais plural e menos refém do livre arbítrio dos Estados de maior poder relativo ficou em compasso de espera.

O desafio que se coloca, portanto, é o de como reforçar a coesão interna e a presença internacional da comunidade ibero-americana em um sistema mundial que se tornou menos permeável e receptivo à diplomacia multilateral.

O caminho passa pela afirmação de valores que distinguem a comunidade ibero-americana e podem contribuir, dadas as condições políticas, para fundamentar a busca de um maior entendimento e cooperação internacional.

O momento reclama, de fato, a consolidação e projeção internacional de espaços que têm no respeito à tolerância e ao pluralismo uma de suas principais credenciais. A gramática de formação dos países ibero-americanos tem sido a plasticidade étnica e cultural, com uma intensidade que talvez lhes seja específica. Não é fortuito que o conceito tão caro ao espanhol e ao português da convivência não encontre tradução literal em idiomas de outra matriz. Conviver não é apenas coexistir. É a disposição para partilhar formas de pensar e agir, sem o que não se cria um espírito de comunidade.

Não se trata de um fator inócuo. Ele comanda opções políticas. Ajuda a explicar, por exemplo, o fato de a América Latina ter sido eleita destino preferencial dos vultosos investimentos portugueses e espanhóis durante os anos noventa. É tal a identidade de hábitos e valores que a expansão de nossas economias haveria de implicar reforço dos laços recíprocos, com uma maior articulação das estruturas produtivas.

O certo é que hoje o acervo a ser preservado pelos países ibero-americanos é bem mais expressivo do que aquele existente no início da experiência de cúpulas. Foi possível tecer uma sólida rede de interesses comuns, em processo que foi bem além das instâncias oficiais, mobilizando meios empresariais, universidades, comunidades científicas, a sociedade em geral. Temos história, cultura e um conjunto de realizações para fundamentar uma posição mais assertiva sobre as grandes questões contemporâneas, respeitado, naturalmente, o pluralismo que nos distingue.

A partir desse diagnóstico, conversei nos primeiros meses deste ano, por telefone ou pessoalmente, com a maior parte dos Chefes de Estado da região e com um Presidente eleito. Também conversei com vários Chanceleres. Consultei-os sobre o rumo que cada Governo deseja imprimir ao processo ibero-americano.

Com variações de ênfase, houve uma convergência expressiva de posições. Coincidiram em ressaltar que as conferências contribuíram para dar visibilidade à identificação dos povos ibero-americanos com os valores da paz, da democracia, da proteção aos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável. Caberia, agora, fortalecer a dimensão política do sistema de modo a que ele possa evoluir rumo a uma verdadeira e simétrica comunidade ibero-americana, que é vista, dessa forma, pela maioria dos Estados, como possível desenlace e não como ponto-de-partida.

Também houve concordância em saudar a montagem ao longo da experiência ibero-americana de uma extensa rede de programas de cooperação, envolvendo as mais diferentes áreas e mobilizando uma vasta gama de instituições, incluindo organismos multilaterais. O objetivo doravante deve ser o de racionalizar a dinâmica da cooperação. Os Presidentes centro-americanos e de alguns outros países foram particularmente enfáticos em acentuar a importância de que essa racionalização assegure a ampliação dos benefícios ora auferidos.

O grupo de reflexão desenvolveu seu trabalho à luz dessas duas sinalizações básicas: adensamento da concertação política e racionalização do programa de cooperação. Não pareceu pertinente ao grupo sugerir os temas a serem privilegiados em eventual aprofundamento do diálogo político no âmbito das cúpulas, no entendimento de que se trata de prerrogativa dos próprios Chefes de Estado e de Governo.

O grupo concentrou-se em discutir formato que possa favorecer o aprofundamento do diálogo. Concluiu que alguns passos podem ser dados nessa direção. O primeiro seria o de privilegiar o espaço reservado nas cúpulas às deliberações entre os Presidentes. Além de facilitar um maior conhecimento e confiança recíproca, fator de reconhecida importância em momentos de crise, essa medida permitiria um tratamento mais detido e em nível decisório dos temas eleitos como de maior atualidade e relevância.

As conclusões presidenciais poderiam constar de uma declaração específica, que, por sua autoridade, substância e concisão, constituiria o documento de maior ressonância política da cúpula. As posições de princípio sobre outras questões de interesse da agenda internacional seriam apresentadas em declaração à parte, mais extensa, firmada pelos chanceleres.

O tema da periodicidade das reuniões também foi considerado de interesse para a discussão sobre o reforço da dimensão política. Em minhas consultas aos líderes regionais, notei divergências a respeito do tema. Muitos mostraram-se favoráveis à redução da frequência dos encontros, que poderiam ser realizados a cada dois anos, sem prejuízo da possibilidade de convocação extraordinária em situações de crise ou interesse maior. Outros defenderam a manutenção da anualidade, por serem as conferências ibero-americanas o único foro, salvo os universais, que congrega todos os países da região.

Quanto ao objetivo de aprimoramento do sistema de cooperação, o grupo lembra a tendência de os principais doadores optarem pela cooperação em bases bilaterais, onde os ganhos políticos são supostamente mais palpáveis. Também recorda a existência de múltiplos foros para a veiculação das contribuições nacionais.

Daí a recomendação de que sejam priorizadas algumas linhas de cooperação, o que facilitaria, inclusive, seu acompanhamento por parte dos Chefes de Governo. Sem a pretensão de ser exaustivo, o grupo sugere alguns campos identificados com os fundamentos e objetivos da concertação ibero-americana.

Um deles seria a identificação de políticas coordenadas para a defesa e promoção da diversidade cultural ibero-americana, o que passa pela valorização de nossos idiomas. Sem prejuízo das tratativas em curso na UNESCO e, no tocante à questão do audiovisual, na OMC, o grupo acredita haver espaço para uma estratégia conjunta a favor da proteção local dos direitos de autor dos produtores culturais ibero-americanos, sobretudo diante do reconhecido ativismo de pólos extra-regionais para o registro daqueles direitos.

Outra possibilidade seria uma maior coordenação no campo universitário, que poderia permitir, entre outros ganhos, o reconhecimento mútuo de títulos de graduação. O programa Erasmus é uma referência válida.

O grupo de reflexão coloca em pauta a idéia de que o sistema de conferências estimule iniciativas privadas no âmbito ibero-americano destinadas à criação e fortalecimento de agências de avaliação de riscos. Essas agências devem ter como critérios o profissionalismo, a transparência e a independência em relação a governos e empresas. Espera-se ainda que considerem, em suas análises, tanto variáveis econômico-

financeiras quanto as políticas e sócio-culturais. O objetivo é contribuir para uma maior idoneidade dos dados colocados à disposição do mercado sobre as conjunturas nacionais, reduzindo, assim, o grau de exposição dos países da região a análises e relatórios por vezes infundados.

O grupo sugere que os Governos busquem harmonizar os critérios e regras nacionais sobre as atividades das agências e promovam a discussão, no âmbito das Nações Unidas, de um código internacional de conduta das agências de avaliação de risco. Propõe, ainda, que a futura Secretaria Permanente Ibero-Americana estabeleça uma unidade de informação de auxílio aos Governos em suas relações com as agências.

Sobre esses diferentes campos, o grupo de reflexão preparou textos com o mapeamento da situação e a sugestão de linhas possíveis de atuação, que constam como anexos do presente relatório. Sobre o tema das agências de risco, constam como anexos, além do balanço de seminário promovido com o apoio do grupo, textos relevantes da Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários.

O grupo propõe, ainda, um esforço conjunto para o desenvolvimento e harmonização das legislações nacionais em setores econômicos estratégicos, como energia e telecomunicações. Não custa recordar que o processo de regulação desses setores em muitos de nossos países tem-se ressentido da ausência de uma estrutura normativa atenta às especificidades locais.

O grupo de reflexão reconhece a importância do conjunto de projetos desenvolvidos ao longo da última década sob a égide da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana. Além do mérito das iniciativas, faço registro do conjunto valioso de parceiros extra-regionais que foram mobilizados pela SECIB.

Apresentadas as principais propostas para o reforço do diálogo político e o aprimoramento da cooperação, talvez caibam algumas palavras sobre a estrutura sugerida para reger nos próximos anos o sistema ibero-americano.

Em atenção ao mandato recebido em Bávaro, o grupo ateu-se na análise das condições e termos em que poderia ser estabelecida uma Secretaria Permanente. Se o formato flexível das Secretarias Pro Tempore atendeu aos desígnios ainda tentativos do sistema até o momento, com a agenda sofrendo renovação praticamente absoluta a cada cúpula, uma instância permanente parece indispensável à perseguição de objetivos mais duradouros.

A Secretaria Permanente seria, assim, o elo de continuidade entre as diferentes Cúpulas, tratando dos preparativos logísticos, mas, sobretudo, servindo de base à concertação política e coordenando a cooperação. É indispensável que o Secretário-Geral seja uma personalidade com estatura que lhe permita diálogo fluido com os diferentes Chefes de Governo. Para assessorá-lo no desempenho de suas funções, o Secretário-Geral contaria com o apoio de dois Secretários-Gerais Adjuntos, um dos quais a cargo das atribuições hoje a cargo do Secretário de Cooperação Ibero-americana.

O grupo contempla ainda a criação de duas instâncias de interesse para o objetivo de reforço do diálogo político. A primeira seria o comitê permanente de concertação, reunindo os embaixadores junto ao país-sede ou coordenadores nacionais, com o propósito de dar seguimento às recomendações dos Presidentes e Chanceleres ao Secretário-Geral.

Também se propõe o estabelecimento de um grupo de sherpas, reunindo nomes indicados pelos Chefes de Governo do último, do atual e do futuro país-anfitrião e dois ou três outros de países escolhidos pelo Secretário-Geral. Esse grupo ajudaria o Secretário-Geral a preparar a agenda da Reunião de Cúpula seguinte.

Por se prever algo de pequena dimensão e com poucos funcionários, estima-se que a secretaria permanente tenha um custo de operação pouco superior ao da estrutura já existente. O orçamento deve, naturalmente, ser partilhado pelos países ibero-americanos segundo critérios definidos de comum acordo e à luz das possibilidades de cada Estado.

Na qualidade de Coordenador do Grupo de Reflexão, submeto à atenção dos diferentes governos a anexa minuta de convênio criando a estrutura que acabo de expor (com exceção do mecanismo de sherpas, por seu caráter informal).

Finalizo com breve menção aos critérios para o ingresso de novos membros na experiência ibero-americana, item que também consta do mandato de Bávaro. O grupo considerou como requisitos essenciais a condição de estado soberano, o pertencimento ao espaço geográfico ibero-americano e a disposição do português ou do espanhol como língua oficial.

Países que, embora não satisfaçam um desses pontos, desejem partilhar a convivência ibero-americana, podem ser convidados como observadores para as conferências.

Quero estender meu agradecimento ao Governo da Espanha pelo valioso e indispensável apoio que me foi prestado e ao grupo para o exercício do mandato de Bávaro. Agradeço também ao Governo de Portugal por ter hospedado a reunião de Chanceleres em outubro último e ao Governo do México por sediar um dos encontros do grupo, em setembro passado.

Só me resta dizer da satisfação que foi desincumbir-me da tarefa de repensar o sistema ibero-americano, sentimento que sei partilhado pelos demais membros do grupo, a Doutora Teresa Patrício Gouveia, o Embaixador Carlos Garcia, o Doutor Félix Pena, o Embaixador Julio Albi, o Ministro José Luís Yunes, o Doutor Manuel Suárez e o Embaixador Heraldo Muñoz.

Trabalhei com um grupo coeso, dedicado e que acredita no futuro da comunidade ibero-americana.

Fernando Henrique Cardoso.